



ESTADO DE GOIÁS  
PODER JUDICIÁRIO  
COMARCA DE ANÁPOLIS

AUTOS Nº 11.694/94

AÇÃO DE FALÊNCIA

ESCRIVANIA : 1ª CÍVEL

MASSA FALIDA : MARINALVA APARECIDA FERREIRA CAIXETA

LAUDO DE AVALIAÇÃO

GILMAR DE TARCIO MARTINS, avaliador público substituto, desta comarca de Anápolis-GO, em cumprimento ao mandado de avaliação, passado nos autos acima mencionando, procede a seguinte avaliação:

I- Uma máquina de costura, de marca KANSAI Special, modelo DLR-508, com motor e gabinete, em regular estado de conservação, que avalio por .....R\$ 900,00 (novecentos reais).

II- Uma máquina de costura de marca VIGORELLI modelo Super Robot, sem numeração, com motor, em regular estado de conservação e com gabinete, que avalio por ...R\$ 80,00 (oitenta reais).

III- Uma máquina de costura de marca HUCIN, modelo Zig-Zag, de nº 4390984, com motor e gabinete, em regular estado de conservação, que avalio por .....R\$ 130,00 (cento e trinta reais).

IV- Três máquinas GNI-6, modelo "NEW STAR", de fabricação chinesa, com gabinete e motor, todas em regular estado de conservação, que avalio cada uma por .....R\$ 150,00 (cento e cinquenta reais), perfazendo um total de .....R\$ 450,00 (quatrocentos e cinquenta reais).

V- Uma máquina de modelo "SISTER SPECIAL", série 098, com gabinete e motor, em regular estado de conservação, que avalio por .....R\$ 160,00 (cento e sessenta reais).

VI- Dez grades de ferro, medindo aproximadamente 1,20 x 1,00m., contendo duas divisões cada, que avalio por .....R\$ 3,00 (três reais), cada um, perfazendo um total de .....R\$ 30,00 (trinta reais).



ESTADO DE GOIÁS  
MINISTÉRIO PÚBLICO

Autos nº 11.694/94

Falência.

Meritíssimo Juiz,

Consta às fls. 54/55, informação do Sr. Síndico de que os bens arrecadados não condizem com a realidade da falida, e que a mesma possuía outros bens, que, no entanto, não foram encontrados à data da arrecadação. Tal fato é indicativo de possível crime falimentar (art. 189, I, Dec. Lei 7.661/45).

Verifica-se, também que, o livro Diário não foi entregue ao Síndico, embora trate-se de livro obrigatório. Sendo que tal fato caracteriza o crime falimentar previsto no art. 186, IV da Dec. Lei 7.661/45.

Observa-se que, o valor dos bens arrecadados é inferior a 100 (cem) vezes o salário mínimo vigente no país, e que, inevitavelmente o presente processo de falência deve seguir o rito sumário (art. 200).

Devendo, em consequência, ser aplicado ao caso o disposto no art. 200, e seus parágrafos.

Sendo que, em conformidade com o §4º do citado artigo, após o relatório do Síndico e com a primeira via e peças que o acompanhe, ser formado os autos de Inquérito Judicial.

Diante do exposto, requer o Ministério Público, seja a presente falência processada sumariamente.

É a manifestação.

Anápolis, 07 de junho de 1992

Villia Maria Gomes  
Promotora de Justiça